

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012529-29.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Jhoni Anderson Delfino**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1012529-29.2016****Vistos.**

Ao relatório de fls. 173/176, acrescento que julgando recurso de apelação a 31# Câmara de Direto Privado do Tribunal de Justiça decidiu pela anulação da sentença para realização da prova pericial.

Retornados os autos foi determinada a realização de perícia pelo despacho de fls. 218; na sequência foi encartado o laudo pericial às fls. 229/232, com complementação à fl. 257.

O autor peticionou as fls. 261 requerendo o afastamento de aplicação dos percentuais, chamados graus de repercussão, dos valores previamente estabelecidos pela Tabela da SUSEP.

A Seguradora, deixou de se manifestar, conforme certidão de fls. 262.

É o relatório.**Decido**, novamente o litígio.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 02/12/2015.

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente” (*in verbis*).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 02/12/2015, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 229/232 e 257 revela que há nexo de causalidade e também dano patrimonial físico sequelar estimado em 17,5%, ou seja, uma incapacidade laboral parcial e permanente.

Como no caso – a própria inicial admite – foram pagos ao autor R\$ 2.362,50, não tem ele qualquer direito à complementação, uma vez que 17,5% (equacionados pelo perito) de R\$ 13.500,00 equivalem a exatamente aos R\$ 2.362,50 que lhe foram destinados. .

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial. No mais, deverá o autor, pagar as custas, despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do réu que contestou a ação, no montante de 10% do valor dado a causa. No entanto devesse ser observado o disposto no art. 98, §3º, do CPC.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo imediato.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 16 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**